

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

No passado dia 08 de Abril, uma delegação do PCP visitou a Escola Secundária Afonso de Albuquerque, na Guarda, podendo constatar a enorme degradação das suas instalações.

A Escola Secundária Afonso de Albuquerque foi alvo de uma intervenção em 2011 no âmbito do Programa de Modernização da Parque Escolar EPE. Passados apenas três anos do fim da referida intervenção, pudemos verificar as consequências da opção política do anterior Governo PS e do atual Governo PSD/CDS de transferir do Ministério da Educação para a empresa Parque Escolar EPE a competência pela manutenção e gestão do parque escolar.

Esta opção pela empresarialização e privatização da gestão escolar, clarifica o objetivo do atual Governo PSD/CDS e do anterior Governo do PS de desresponsabilização do Estado nas suas obrigações constitucionais.

Após um forte temporal no passado mês de Dezembro de 2013, o telhado dos gabinetes da Direção e dos serviços administrativos caíram para um jardim interior, podendo ser constatada a negligente montagem desta cobertura com parafusos e “buchas” de plástico numa fina camada de cimento, obrigando a uma transferência destes serviços para outras salas adjacentes, limitando a utilização dos referidos espaços.

Foi confirmado pelos responsáveis da Escola que este acontecimento por mero acaso não teve coincidência com o horário escolar, diminuindo assim a probabilidade de acidente, que podia inclusive por em risco a vida dos alunos, professores e funcionários.

Apesar de uma intervenção já realizada no chão do pavilhão gimnodesportivo, a prática é interdita cada vez que chove ou existe acumulação de neve na cobertura do referido pavilhão, devido ao mau estado do piso provocado pelas infiltrações de água decorrentes de fugas na tubagem de escoamento. O tempo de resposta por parte da empresa Parque Escolar EPE às solicitações da Direção da Escola para reparação ou manutenção de Equipamentos é inaceitável.

Tenhamos como exemplo, o caso anteriormente relatado da cobertura que pura e simplesmente voou em Dezembro de 2013. Foi feita uma vistoria pelos técnicos da Parque Escolar EPE, e apesar de constatararmos que já se encontrava na escola o material adquirido para reposição da cobertura danificada, passados cerca de quatro meses, esta situação ainda não estava resolvida, deixando a direção da escola sem qualquer tipo de mecanismo para resolver a situação.

O PCP entende inaceitável que o MEC pague cerca de um milhão de euros anuais à Parque Escolar como renda, pela gestão e manutenção dos equipamentos. Para além disto, a escola ainda é confrontada com um grau de deterioração inaceitável e sem qualquer resposta da empresa Parque Escolar EPE.

Existem inúmeras anomalias provocadas por uma errada conceção de projeto, além de uma má qualidade geral dos materiais aplicados, como o teto dos balneários do pavilhão gimnodesportivo por exemplo, que não respeitando uma altura mínima aconselhável, faculto o contato com os analisadores de fumo do sistema automático de deteção de incêndios, facilitando a sua constante remoção e desaparecimento, deixando assim os cabos elétricos de ligação dos mesmos sem qualquer isolamento, pondo em risco a vida dos alunos e todo o plano de emergência interno.

Apesar das dúvidas colocadas durante as obras e dos muitos alertas por parte da direção da escola, somente e por imposição da referida direção foi atendida a pretensão de colocação do sistema de climatização no balneário do pavilhão gimnodesportivo que não estava previsto no projeto inicial.

Aliás, o aquecimento da escola é um problema gravíssimo, pois a solução adotada revela-se ineficaz ou inexistente. A biblioteca ou os corredores interiores da escola não têm aquecimento, num distrito onde as temperaturas são muito baixas no inverno, atingindo com frequência graus negativos.

Algumas salas de aula, devido ao reduzido débito do equipamento instalado, não têm aquecimento ou são insufladas com ar frio em pleno inverno, provocando incomodidade, mau estar, e pior que tudo, afetando a saúde de alunos, professores e funcionários.

Tudo isto, quando segundo a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque existia um sistema funcional de aquecimento central, aparentemente económico, que entretanto foi substituído aquando das obras da Parque Escolar por este sistema atual de ar condicionado.

Para além da degradação das condições materiais, persistem e agravaram-se problemas de meios humanos, designadamente a redução dos apoios aos 125 alunos com necessidades especiais. Até há 2 anos tinham 1 terapeuta da fala e 1 terapeuta ocupacional, contudo no presente ano letivo, sem qualquer informação ou justificação, foi retirado o apoio destes técnicos. Inclusivamente, a Escola foi aconselhada a apresentar uma candidatura ao Centro de Recursos para a Inclusão, sendo que até à data ainda não teve resposta.

Estas situações são inaceitáveis e representam a negação de condições objetivas para o acesso e frequência destas crianças e jovens ao ensino em condições de igualdade, conforme

consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição.

Ao não garantir as condições mínimas de segurança e acompanhamento de todos os alunos bem como uma resposta condigna às exigências pedagógicas dos alunos com Necessidades Especiais, o Governo PSD/CDS é responsável pela discriminação destas crianças e degradação do seu processo pedagógico e inclusivo.

Ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Educação e Ciência, sejam respondidas as seguintes perguntas:

- Assume o Governo o compromisso de reparar todos os equipamentos ainda degradados que foram identificados e relatados pela direção desta Escola, ainda este ano letivo? Se sim, em que data?
- Qual a posição do Ministério da Educação e Ciência perante esta evidente falta de condições mínimas na Escola Secundária Afonso de Albuquerque na cidade da Guarda?
- Como justifica a retirada do terapeuta da fala e terapeuta ocupacional?
- Reconhece que a retirada destes apoios desde Setembro pode conduzir a situações de regressão no processo pedagógico destas crianças?
- Está o Governo disponível para assegurar a sua contratação efetiva? Se sim, para quando?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 2 de Maio de 2014

Deputado(a)s

DAVID COSTA(PCP)

RITA RATO(PCP)